

CDU 333.013.6

ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DE ALGUNS PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA NO MARANHÃO E NO CEARÁ

Osmil Galindo

Pesquisador do Departamento de Economia da Fundação Joaquim Nabuco

Werter Macedo

Economista do Banco Central e Vice-Presidente do Instituto dos Economistas de Pernambuco

INTRODUÇÃO

A medida em que se pensa contribuir para a implementação da **reforma agrária** no País, a execução de planos, projetos e pesquisas que analisem esta questão passam a desempenhar papel preponderante na busca de uma solução para o problema que se torna a cada dia mais exacerbado.

No Brasil, em todas as unidades da federação tem acontecido um volume até certo ponto elevado de experiências de **reforma agrária**. Um exemplo disto pode ser visto pelo número de assentamentos existentes em 1989, correspondentes a um total de 381 projetos.¹ No Nordeste esta relação é ampla, abrangendo 145 projetos (equivalentes a cerca de 38% do total de assentamentos no País), variando o período

1. Dados referentes a março de 1989, de acordo com relação de financiamentos realizados para o "Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária — PROCERA", através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES.

da ocorrência e as condições econômico-sociais, embora suas conclusões, pode-se dizer, sejam bastante parecidas, tanto no que diz respeito a sua estrutura quanto a questões meramente técnicas, como a produtividade. Um fato constatado, por exemplo, é o de que a fragilidade do setor reformado tem determinado a sua orientação prioritária à produção de subsistência (Galindo & Sampaio, 1990).

O trabalho de reflexão ora apresentado se propõe, em parte, a analisar alguns aspectos que não foram abordados no questionário da pesquisa "Principais Indicadores Sócio-econômicos nos Assentamentos de Reforma Agrária", realizada pela FAO-Nações Unidas em quase todos os estados da federação, executado no Maranhão e Ceará pelos autores do presente artigo. A idéia que está por trás desta colaboração é a de, junto com os dados compilados do questionário, definir um conjunto coerente de sugestões que sejam relevantes para uma retomada do processo de **reforma agrária** e que possam, até certo ponto, ajudar na eliminação de pontos de estrangulamento que hoje impedem a sua implementação.

Para o desenvolvimento dos instrumentos de análise deste documento foram utilizadas informações de 65 entrevistas realizadas nos projetos de assentamento de **reforma agrária** de: Jitirana, localizado no município de São Mateus no Maranhão, habitado por cerca de 370 famílias distribuídas em 14 povoados (29 entrevistas realizadas); Ipueira da Vaca, Fazenda Suíça e Cacimba de Dentro/Três Irmãos, todos situados no município de Canindé, no Ceará, habitados, na ordem, por 122, 34 e 52 famílias, onde se realizaram, respectivamente, 12, 6 e 7 entrevistas; e Fazenda Macaco, localizado em Itapipoca, no Ceará, contendo 104 famílias (11 entrevistas realizadas).

O artigo inicia abordando alguns aspectos econômicos nos assentamentos visitados, analisando questões como relações de trabalho, renda dos assentados e seus determinantes econômico-institucionais (comercialização, crédito, tecnologia, produção comunitária e desapropriação), além de determinantes naturais. Em seguida, no que diz respeito aos aspectos sociais, levou-se em conta a qualidade de vida, a diferenciação camponesa e as aspirações e organização dos assentados. Por fim, são apresentadas sintéticas conclusões a respeito de questões específicas que envolvem o processo de **reforma agrária** insinuando algumas recomendações que poderiam contribuir para a sua condução.

2. Aspectos Econômicos

2.1 Relações de Trabalho

Na época anterior à criação dos assentamentos, as áreas correspondentes aos projetos visitados eram fazendas onde seus ex-moradores, atuais assentados, estabeleciam com o proprietário relações de trabalho de parceria e arrendamento. Em Jitirana, a primeira parece ter sido a relação predominante no período anterior à desapropriação, muito embora alguns assentados se refiram a relações de arrendamento, sugerindo uma grande variedade de relações de produção no âmbito da antiga fazenda. Já na área de Itapipoca, no período anterior ao assentamento, predominava o arrendamento entre o proprietário e os moradores. Tanto na parceria quanto no arrendamento, a renda é paga em espécie variando o produto de acordo com a vocação agrícola da área, como por exemplo: o arroz em Jitirana e o algodão nos assentamentos localizados em Itapipoca e Canindé.

Em Itapipoca, os assentados que foram ex-moradores, pagavam ao proprietário, a título de “renda da terra”, uma fração da safra equivalente a um alqueire de algodão — aproximadamente 2 sacos — por hectare cultivado. Cumpre observar que a renda paga já foi maior nos tempos em que a terra era mais fértil.

As características de uma agricultura de subsistência, como a que se desenvolve na maioria dos assentamentos, conformam relações de trabalho do tipo familiar. Como as relações mercantis se estabelecem entre proprietários de pequenos lotes de terra, já que se trata de uma área de **reforma agrária**, existe uma certa semelhança com o modelo teórico proposto por Marx para uma hipotética sociedade de produtores simples de mercadorias, sintetizado na fórmula M-D-M, ou seja, transformação de mercadoria em dinheiro e retransformação de dinheiro em mercadoria; em outras palavras, vender para comprar (Marx, 1983). Esporadicamente, entretanto, estabelecem-se relações de trabalho assalariado mas sempre de forma temporária. Não se registram casos de assalariamento permanente. Os casos mais comuns de trabalho assalariado são de camponeses empobrecidos pela seca, cujas colheitas não foram suficientes para prover o seu sustento e o de sua família, e que se vêem constrangidos a vender sua força de trabalho a outros camponeses como diaristas, dentro da área do assentamento ou fora dela.

2.2 Renda dos Assentamentos e seus determinantes econômico-institucionais

Os níveis de renda obtidos pelas famílias dos assentados são em geral baixos, oscilando, na época da pesquisa (julho de 1991), de 0,5 a 2,0 salários mínimos mensais. Muito embora a renda modal deva ser encontrada no intervalo acima, não se pode deixar de registrar a existência de famílias com níveis de rendimentos da ordem de 10 salários mínimos mensais, constituindo-se, no entanto, em casos excepcionais. Estes níveis de renda, contudo, não refletem a "renda real" dos assentados mas apenas a sua componente monetária. A esta última deve-se acrescentar a produção para autoconsumo que, nos assentamentos, constitui parcela significativa — mais de 50% — da renda real. Esta componente da "renda real" deve incluir entre outros elementos: i) o consumo de leite e, em pequena escala, da carne bovina naqueles assentamentos onde se observa a presença da pecuária como em Ipueira da Vaca; ii) o consumo de hortifrutigranjeiros, plantados separadamente ou em consórcio com as culturas principais como por exemplo: quiabo, maxixe, pepino, cebola, etc.; iii) a fração da produção das culturas principais como a mandioca, o feijão e o arroz destinada ao consumo alimentar; iv) o consumo de frutas como manga, laranja, limão, tangerina, coco da bahia e caju dependendo da área e da época; v) abate para consumo de parte da criação de animais como aves, suínos e bovinos em ordem decrescente de importância na dieta alimentar; vi) consumo de ovos como subproduto da criação de aves.

No que tange à componente monetária da renda real é possível desagregá-la em pelo menos quatro variedades: i) a renda agrícola que resulta da comercialização de excedentes agrícolas, ou seja, a parcela da produção agrícola não destinada ao consumo familiar; ii) a renda oriunda da comercialização da produção animal quando, para fins de complementação da renda familiar, os camponeses vendem parte de sua criação de ovinos, suínos, bovinos e caprinos para obterem recursos monetários com os quais pagam parte de suas despesas; iii) renda salarial obtida através da venda da força de trabalho familiar em circunstâncias muito variadas: emprego temporário na construção civil obtido por membros da família camponesa, normalmente os mais jovens em idade ativa, ocupação em frentes de emergência contra a seca, trabalho como diarista na propriedade de terceiros no âmbito do as-

sentamento ou fora dele; iv) outros rendimentos não classificáveis como ganhos de assalariamento: receitas de aposentadoria, doações e contribuições de parentes, participação em lucros da atividade comunitária, etc. Destaque especial nesta rubrica deve ser dado às vendas decorrentes da comercialização de produtos de extrativismo específicos de cada área ou assentamento como o babaçu em Jitirana e a castanha de caju na Fazenda Macaco, em Itapipoca.

De um modo genérico é possível selecionar as variáveis que influenciam a formação da renda familiar dos assentados. Sua tipologia abrange desde categorias de natureza econômica e institucional como o crédito, comercialização, tecnologia, produção comunitária e **reforma agrária** até aquelas de ordem natural com destaque para a fertilidade do solo, pragas, condições climáticas e pressão demográfica. Os parágrafos seguintes analisam a influência de cada uma dessas variáveis sobre a performance da renda dos assentados.

2.2.1 Comercialização

Este item é da mais alta relevância na determinação da renda dos assentados. O que se observou foi uma extrema dependência dos agentes externos de comercialização tais como os bodegueiros, caminhoneiros, armazenistas, feirantes e proprietários de terra. Este quadro conduz a mecanismos perversos de apropriação dos excedentes agrícolas da pequena produção camponesa independente. No que diz respeito especificamente à pecuária observou-se nos assentamentos de Ipueira da Vaca e Fazenda Macaco a atuação de pequenos intermediários, que realizam o abastecimento de carne naquelas áreas.

Outro aspecto importante no que tange às condições de comercialização, consiste no papel complementar ao abastecimento dos grandes centros urbanos desempenhado pela pequena produção camponesa. Em Jitirana, por exemplo, a venda dos excedentes agrícolas pelos assentados é parte deste processo mais amplo de regulação do mercado. Toda vez que os grandes produtores diminuem a oferta do arroz, por questões climáticas e de oscilação de preços, expande-se as vendas da pequena produção suprimindo em parte a escassez do mercado. No caso dos assentamentos de Ipueira da Vaca e Fazenda Macaco este fenômeno se dá com a produção da farinha de mandioca.

2.2.2 Crédito

As condições creditícias, quando favoráveis, constituem outro fator de alavancagem da renda agrícola. Nos vários assentamentos visitados observou-se a quase ausência de fontes regulares de crédito oficial ou privado. No que tange a esta última fonte, as condições exigidas de rentabilidade e risco não condizem com um contexto de culturas de subsistência cultivadas em região semi-árida e terminam por tornar inacessível o crédito. Pelo lado das contrapartidas exigidas, o baixo nível médio de renda prevalecente entre os assentados e o atraso na demarcação dos lotes constituem dificuldades incontornáveis. As únicas exceções observadas foram os créditos de alimentação e fomento, ainda assim não extensivos a todos os assentados, concedidos pelo INCRA no biênio 1987-1988, ou seja, no momento da criação dos projetos. É quase generalizada nos assentamentos a crença de que os recursos obtidos eram a fundo perdido, muito embora nada ainda esteja definido pelo INCRA a este respeito. O projeto mais beneficiado, do ponto de vista do crédito, foi o de Ipuera da Vaca, o qual teve acesso ao Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária — PROCERA, cujo objetivo básico é o de apoiar os assentados e suas famílias na implantação da parcela que recebem, utilizado basicamente na compra e criação de animais bovinos. É sintomático que seja precisamente este último projeto, aquele onde se constata melhor nível médio de renda, dentre todos os assentamentos do Ceará e Maranhão visitados pela pesquisa.

2.2.3 Tecnologia

A agricultura que se pratica nas áreas de assentamento estudadas caracteriza-se por um baixo nível tecnológico geral. Tal fato conforma uma atividade agrícola essencialmente predatória, tornando bastante adequado o termo “exploração agrícola” pela exaustão sistemática dos recursos naturais do solo que acarreta. Uma implicação importante é que a atividade agrícola se desenvolve sob o princípio econômico da lei dos rendimentos decrescentes (Ricardo, 1982), isto é, a tendência de longo prazo aponta para a obtenção de safras sucessivamente menores. No que tange especificamente à assistência técnica, ressalte-se o fato das culturas não serem mecanizadas, o que restringe bastante o espaço de sua atuação. Nos assentamentos visitados esta atividade era desen-

volvida basicamente pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural — EMATER, de maneira informal e assistemática. Em que pese as deficiências de sua atuação, a EMATER tem introduzido algumas inovações tecnológicas como o estímulo ao uso pelos agricultores de sementes selecionadas em pequena escala. Convém fazer referência a dificuldades e barreiras de ordem cultural à introdução de novas técnicas. Em alguma medida o tradicionalismo e a passividade observados nos agricultores dificultam as inovações tecnológicas. É inegável que a necessidade de assegurar a subsistência da família, a partir de práticas e procedimentos agrícolas tradicionais, transmitidos de geração a geração, de resultados previsíveis e consagrados pela tradição, aumenta o grau de desconfiança que os pequenos agricultores apresentam diante de novas técnicas. Ainda assim a EMATER tem insistido na adoção de técnicas como a rotação de culturas, curvas de nível, espaçamento, com resultados e aceitação medíocres.

Quanto ao maquinário utilizado, observou-se o uso do arado animal em alguns casos. Alguns assentados, não dispondo de arado próprio, chegam a alugar trator (com arado) aos usineiros de beneficiamento de arroz de São Mateus, a um custo aproximado de US\$ 10 (dez dólares)/hora, normalmente rateado com outros assentados, conforme observou-se no povoado de Morada Nova, localizado no assentamento de Jitirana. Na fase de beneficiamento da produção agrícola também se observa o uso, intermitente por falta de assistência técnica, de máquinas comunitárias como os debulhadores de milho e feijão.

Nos assentamentos de Fazenda Macaco e Cacimba de Dentro/Três Irmãos, observou-se a utilização muito incipiente de irrigação através do sistema “corre-campo”, que significa irrigação por mangueiras em sulcos fechados e nivelados. Este sistema, o mais rudimentar de todos, é de funcionamento simples, tornando-se de fácil assimilação pelos agricultores recém-iniciados na prática de irrigação. Por outro lado, tal sistema pode ser implantado a um custo muito baixo, tornando-o possível de ser ampliado.

2.2.4 Produção Comunitária

A produção agrícola constitui uma componente importante da renda dos assentados tanto na forma individual como em menor proporção na comunitária. Em Jitirana, observou-

se a predominância do arroz cultivado à base de mão-de-obra e terra, praticamente sem utilização de insumos.

No que diz respeito à pecuária, trata-se de uma atividade ausente em Jitirana por razões já comentadas. Nos assentamentos restantes observou-se uma pecuária ainda embrionária com destaque para Ipueira da Vaca. Neste último assentamento, logo após a compra da terra, os assentados adquiriram gado bovino de forma individual com recursos do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural — PAPP e do PROCERA e gado comunitário com recursos do Projeto São Vicente. Um dos principais problemas para a expansão desta atividade é a escassez de suporte forrageiro que demanda crédito. Este fato vem causando problemas do tipo: perda de peso, necessidade de aluguel de pasto e, no limite, perda da rês. Em 1988, após 1 ano de criação do referido projeto, o gado individual correspondia a 1079 reses contra 219 reses para o comunitário.

É curiosa a constatação de que nos assentamentos de Cacimba de Dentro/Três Irmãos, Fazenda Suíça e Ipueira da Vaca, não se observa uma caprinocultura medianamente desenvolvida. Esta atividade acha-se restrita a alguns casos isolados que somados não ultrapassam 10% do total dos assentados nestas áreas. A natureza do clima, semi-árido quente, conforma um ambiente bastante favorável à exploração da caprinocultura, como agente de aproveitamento dos subprodutos provenientes da agricultura praticada na região à base de mandioca, feijão e milho. A cabra, pela adaptabilidade ao espaço semi-árido da região, se credencia a integrar o sistema de forma marcante pela participação na formação da renda familiar. Grande parte dos assentados entrevistados manifestaram o desejo de criar cabras leiteiras, visando também à comercialização de importantes subprodutos desta criação: o queijo e o leite de cabra. Um dos obstáculos à efetivação desta idéia é a necessidade de proteção das plantações, mediante o uso de cercas, vez que as cabras, quando criadas soltas, destroem as lavouras. A aquisição destas cercas, ademais, exige crédito.

A produção comunitária desempenha um papel secundário na formação da renda dos assentados. Normalmente se observa, no âmbito desta última, o cultivo residual de produtos de subsistência como milho, feijão, mandioca e uma incipiente pecuária. As atividades de beneficiamento da produção agrícola é feita comunitariamente, através de máquinas do tipo: debulhadores de milho e feijão. Também no benefi-

ciamento da mandioca utilizam-se equipamentos de produção comunitários: a casa de farinha, cuja mecânica de funcionamento é descrita a seguir. A manutenção da casa de farinha comunitária exige o pagamento do aviamento por parte do assentado. Assim, para cada 10 cargas de mandioca, equivalentes a 1500 kg, o assentado paga uma renda em espécie à casa da farinha equivalente a $\frac{1}{2}$ saca. Fora da produção comunitária, a renda paga equivale ao dobro, isto é, uma saca. A diferença deve-se a que no primeiro caso os custos com a remuneração da mão-de-obra são anulados pela utilização da força de trabalho familiar. Neste caso a renda da farinha é líquida, não incluindo a remuneração do emprensador (US\$ 2,3); do forneiro (US\$ 2,9), da espremedeira (US\$ 1,4), da raspadeira (US\$ 2,3, em número de quatro), do carregador (US\$ 1,7, em número de dois) e do arrancador (US\$ 1,7, em número de dois). É importante salientar que estes custos foram estimados tomando-se como referência o custo de processamento de 10 cargas de mandioca. Note-se, além disso, que o peso relativo da renda da farinha no custo total de processamento deste produto é variável de acordo com o rendimento da mandioca, já que a renda é definida em função da carga desta última e não proporcionalmente à farinha efetivamente obtida.

2.2.5 Desapropriação

Entre os fatores que influenciaram positivamente a renda dos assentados convém destacar os efeitos redistributivos da desapropriação. A **reforma agrária**, ao modificar as relações de propriedade dentro das áreas dos projetos observados e suprimir as relações de produção pré-capitalistas do tipo parceria, arrendamento, etc., desobrigou os camponeses do pagamento da renda ao proprietário, elevando desta forma a renda familiar. Outra conseqüência importante da **reforma agrária** foi a redefinição do uso do solo com prioridade para as atividades de agricultura de subsistência, destinando-lhes áreas antes ocupadas pela pecuária dos ex-proprietários das antigas fazendas, cuja expressão mais evidente ocorreu no assentamento de Jitirana.

2.3 Renda dos Assentamentos e seus determinantes naturais

A atividade agrícola, mais do que qualquer outra atividade econômica, acha-se submetida à ação de condicionan-

tes naturais do tipo: pragas, condições de solo e clima e a fertilidade decrescente do solo. Vários assentados mencionaram a ocorrência de pragas tais como: o purgão no feijão e no cacho de arroz, lagarta, formiga, tangapara no pé do arroz, etc. O alcance deste fenômeno é às vezes muito amplo e não raro compromete toda a safra.

As condições nas quais se desenvolve a atividade agrícola nos assentamentos, a agricultura do tipo itinerante e predatória, sem aumentos de excedentes e de produtividade devido ao baixo nível tecnológico, assemelham-se ao princípio ricardiano dos rendimentos decrescentes (Ricardo, 1982). Na Fazenda Macaco, um dos entrevistados declarou que a produtividade média declinou de 10 alqueires de algodão para três alqueires por hectare entre o ano de 1966 e o de 1991. Este fato conduz à conclusão inexorável de que a **reforma agrária** não é viável dentro do atual padrão tecnológico dos assentamentos. O efeito deste princípio é o mesmo de uma força de gravitação atuando permanentemente sobre a renda agrícola. Este fato é ainda mais grave quando se considera outro fator natural: a pressão demográfica. Esta última resulta, seja do crescimento vegetativo das famílias assentadas, em geral elevado, dado o número de filhos por família — em média de cinco —, como também do intenso fluxo de novas famílias para as áreas de assentamento, à procura de inserção produtiva, dentro de um contexto geral em que os lotes ainda não estão demarcados.

3. Aspectos Sociais

3.1 Qualidade de vida nos assentamentos

Os projetos de **reforma agrária** visitados localizam-se na região semi-árida, à exceção do assentamento de Jitirana no Maranhão. Esta área, como é sabido, constitui um enorme bolsão de pobreza dentro do Nordeste. Diversos estudos têm mostrado que um significativo percentual de famílias que habitam o semi-árido auferem rendimentos mensais inferiores a dois salários mínimos (Carvalho, 1988; D'Apote, 1972; Figueira, 1977). Esta consideração deve ser feita a fim de se relativizar as conclusões sobre os benefícios e as insuficiências da **reforma agrária** que se realiza em vários dos assentamentos visitados.

De um modo geral, observou-se que os assentados apresentavam um aspecto relativamente saudável, talvez, em

parte, devido à pequena melhora nas condições de alimentação, ocorrida a partir do momento da desapropriação. Em todos os assentamentos, à exceção do de Jitirana, onde se proibiu a criação de animais, os assentados passaram a incorporar na sua dieta alimentar o consumo de algum tipo de carne e de produtos derivados da produção animal a saber: leite, ovos e, esporadicamente, a manteiga. Para tanto, contribuíram de forma decisiva em alguns casos as linhas de crédito do Incra: crédito para fomento, crédito para alimentação e o PROCERA. Estes créditos possibilitaram aos assentados, basicamente, a aquisição de bovinos e em pequena escala, de suínos e de caprinos, ocasionando uma ligeira melhora alimentar.

As residências dos assentados, contudo, sugerem um estado de extrema miséria, somente ultrapassado pelos moradores de favelas das grandes regiões metropolitanas do País. Em Jitirana, uma residência típica do assentamento apresenta telhados e paredes de palha; nos assentamentos de Canindé-CE as paredes são de taipa e cobertas de sapé; nos assentamentos de Itapipoca-CE predominam as paredes de alvenaria e cobertura de telha. As casas, de modo quase que generalizado, apresentam-se mal conservadas e possuem piso de barro batido. Praticamente inexistente a luz elétrica, à exceção de umas poucas residências, cerca de dez aproximadamente, espalhadas pelos assentamentos de Fazenda Macaco e Cacimba de Dentro/Três Irmãos. Como se pode notar, as residências dos assentados são simples e pobres, reflexo em parte dos baixos níveis de renda ali prevalentes, mas, também da natureza rústica da vida no campo.

3.2 Diferenciação Camponesa

A diferenciação camponesa constitui outro aspecto social relevante a ser ressaltado. Com efeito, o nível de renda predominantemente baixo — inferior a 24 salários mínimos anuais, equivalentes a cerca de US\$ 1170 —, não impede que pontifiquem casos de renda média mensal superior a 10 salários mínimos, ou seja, a US\$ 487. Em que medida estes fenômenos de diferenciação de renda e performance econômica podem desencadear um movimento de reconcentração da propriedade fundiária, no âmbito do assentamento, constitui uma questão em aberto. Em Ipueira da Vaca foram encontradas famílias que dispunham de dezenas de reses e outras que possuíam menos de cinco e às vezes nenhuma rês. As causas

deste fato não se encontram somente nas diferenças de produtividade, iniciativa e capacidade empresarial entre os assentados que, diga-se de passagem, são bastante visíveis. Devem-se, sobretudo, às diferenças de capital inicial entre os assentados quando da criação do assentamento. Alguns deles já possuíam caprinos, suínos, ovinos e até bovinos quando foi demarcado o perímetro, outros chegaram sem absolutamente nenhum recurso. Entre estes últimos há os que chegaram depois da concessão da ajuda financeira do PAPP, PROCERA, Crédito Alimentação, Fomento, etc., e não receberam nenhum tipo de ajuda.

A diferenciação se explica também pela heterogeneidade do solo, que favorece alguns assentados em detrimento de outros, como também pelo tamanho e composição da estrutura familiar. Observou-se naquelas famílias maiores e com alto percentual de filhos homens em idade adulta — 18 a 45 anos — uma maior capacidade de trabalhar a terra em termos de área abrangida pelo cultivo, por razões óbvias. Além de conseguirem extrair um excedente agrícola maior, estas famílias conseguem mais facilmente complementar sua renda através do ingresso, ainda que parcial e precário, de sua mão-de-obra jovem e masculina no mercado de trabalho urbano em atividades de baixa qualificação e remuneração, durante alguns meses do ano. Observou-se, também, que os camponeses melhor sucedidos, em regra, desenvolvem atividades terciárias como a comercialização através de bodegas individuais, compra e venda de carne animal, exploração de salão de festas, etc.

3.3 Aspirações e Organização dos Assentados

Vem a ser uma premissa fundamental para o êxito da **reforma agrária** o fortalecimento dos mecanismos internos de organização dos assentados tais como: o sindicato, a associação comunitária, etc. Somente através destes instrumentos será possível emancipar os assentados, isto é, torná-los capazes de desenvolver atividades auto-sustentáveis do ponto de vista econômico, eliminando a tutela da burocracia estatal absorvedora de grande massa de recursos que, de outro modo, poderiam ser destinados à atividade fim.

No que diz respeito à organização dos assentados é necessário hierarquizar corretamente os principais problemas e desafios a enfrentar. Neste sentido, visando contribuir para a formulação de uma agenda de intervenção nos assentamen-

tos, cumpre destacar a questão que pareceu de solução mais premente: o problema da demarcação topográfica dos lotes. Com efeito, este tema suscitou polêmicas nos vários projetos visitados, dividindo a comunidade entre aqueles que defendem a divisão da área em lotes individualizados, os que preconizam a produção comunitária do tipo puro, e por último uma parcela não desprezível de indecisos. Entende-se que a ausência da demarcação torna livre a entrada de novas famílias na área do assentamento, reduzindo a terra disponível por família e no limite inviabiliza a criação e o surgimento de lotes auto-sustentáveis.

Entendendo que seja função precípua da **reforma agrária**, não apenas a mera distribuição de terras, mas também a de tornar os camponeses cidadãos de fato, atenção especial deve ser dispensada às suas associações. Estas são criadas para tratar questões e encaminhar pleitos de interesse geral dos assentados, propiciando além disso o usufruto de economias de escala pelo rateio de certas despesas indivisíveis, como o uso das máquinas de beneficiamento comunitárias, da casa de farinha, etc., sem prejuízo da organização individual dos lotes. A maioria dos assentados, sobretudo aqueles mais humildes, parece valorizar e compreender o papel das associações. Muitos deles, ao avaliarem o papel dessas entidades ressaltaram, com suas palavras e seu modo peculiar de falar, que o simples fato de se dispor de um canal de reivindicação das demandas mais urgentes do assentamento constitui em si mesmo um benefício, independentemente delas serem atendidas. Até o presente as organizações dos assentados são do tipo informal. Cumpre, portanto, àqueles interessados no êxito da **reforma agrária**, bem como aos segmentos políticos progressistas, lutarem pela sua institucionalização. A comunidade aguarda também por parte dos órgãos competentes providências no sentido da regularização fundiária que hoje abrangem alguns poucos assentados, ainda assim, sob titulação provisória.

No plano teórico, as associações comunitárias seguem o seguinte modelo organizacional: uma Assembléia Geral como órgão máximo de deliberação dos assuntos de interesse geral relativos ao assentamento; logo depois, seguindo a escala hierárquica, existe uma Comissão Central que representa o conjunto dos assentados em reuniões com o poder público ou com outras instituições externas ao assentamento, estando obrigada a repassar as informações resultantes destes encontros. Quando a área do assentamento acha-se di-

vidida em distintos povoados, conforme se dá nos projetos de Jitirana e Ipueira da Vaca, acontecem mini-assembléias em cada um deles, onde são discutidas questões de interesse geral dos assentados agrupados por comissões temáticas como por exemplo: Comissão de Pecuária, Comissão de Agricultura, Comissão de Saúde, Comissão da Casa de Farinha, Comissão de Infra-Estrutura, Comissão do Proceca, etc. Cada povoado possui várias comissões por tema e tem representação assegurada na Comissão Central.

4. Conclusões e Recomendações

A título de sugestão, para o bom funcionamento dos projetos de **reforma agrária**, algumas considerações devem ser feitas. É necessária a adoção de um conjunto de políticas com ênfase na comercialização e na tecnologia. A principal dificuldade no que tange à comercialização consiste na dependência do intermediário, o qual se apropria de parcela não desprezível do excedente. Para alterar este quadro altamente perverso do ponto de vista social, faz-se necessário a criação de sólidas estruturas associativas, bem como a reformulação e modernização daquelas já existentes. Produzindo e comercializando através de cooperativas e associações fortes, a pequena propriedade camponesa não somente conseguiria melhores preços para seus excedentes agrícolas, como também usufruir de benefícios oriundos de economias de escala. A indivisibilidade do crédito agrícola reduz bastante a taxa de juros quando os empréstimos são feitos a instituições associativas. Ademais, consegue-se internalizar ganhos no processo de comercialização que de outro modo terminam invariavelmente nas mãos dos intermediários, como é freqüente nos projetos visitados.

É igualmente importante que se invista no homem enquanto ser social, reforçando os gastos em saúde e educação, itens sabidamente deficitários no país como um todo e ainda mais nos limites dos assentamentos visitados. Convém ressaltar a propósito que os assentados mostraram uma grande consciência destes problemas. Não há dúvidas de que o homem, quando bem educado, apresenta maior facilidade para captar novas tecnologias, fazer uso delas e transmiti-las para outros.

Cumprе ressaltar a necessidade de se formular políticas creditícias e de preços mínimos por parte dos governos como forma imprescindível de apoio ao pequeno produtor que,

de outra forma, fica preso ao intermediário e à sanha do lucro fácil.

Finalmente, cabe mencionar a fraca atuação do INCRA junto aos assentamentos visitados, que se restringiu apenas ao financiamento de algumas linhas de crédito e à realização de uma pequena quantidade de obras de infra-estrutura, em seu conjunto, insuficientes para, pelos menos, se iniciar o processo de reversão da pauperização nas áreas dos projetos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste** (seca, irrigação e desenvolvimento). Rio de Janeiro: Campus/Brasília, ABID — Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.
- D'APOTE, Vicenzo et alii. **Bases para uma política de colonização e reforma agrária no Nordeste do Brasil**. Recife, SUDENE, 1972.
- FIGUEROA, Manuel. **O problema agrário no Nordeste do Brasil: análise e proposições**. São Paulo: HUCITEC, 1977.
- GALINDO, Osmil & SAMPAIO, Yony. **Reforma Agrária e Produção de Alimentos**. In GALINDO, Osmil & AMORIM, Rosa (orgs.). **Política Fundiária no Nordeste: caminhos e descaminhos**. Recife: Ed. Massangana, 1990.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Vol. I. Livro Primeiro, Tomo 1, Capítulo IV.
- RICARDO, David. **Princípios da economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Capítulo II.

